

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública, constituída pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, está sujeita à lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009. A sede da empresa está localizada à SGAN, Quadra 601, módulo V. A empresa é integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais e sua gestão é inserida no conjunto de decisões do Governo Federal. O capital do SERPRO pertence integralmente à União.

a) Área de atuação

A empresa está envolvida prioritariamente na prestação de serviços em Tecnologia da Informação – TI para o setor público, sendo considerada uma das maiores organizações públicas de TI do mundo.

O SERPRO desenvolve programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções desenvolvidas com essas características destacam-se a Declaração do Imposto de Renda via Internet (Receitanet), a nova Carteira Nacional de Habilitação, o novo Passaporte Brasileiro, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE e os sistemas que controlam e facilitam o comércio exterior brasileiro (SISCOMEX).

O principal mercado de atuação da empresa é o de finanças públicas, composto pelo Ministério da Fazenda, que corresponde a 85,2% do volume de negócios da entidade. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ao longo dos seus 49 anos, o SERPRO consolidou-se como referência, aprimorando e desenvolvendo tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro. Para tanto, conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão especializadas tanto no segmento de TI quanto nas demais áreas de suporte ao negócio da empresa.

A empresa investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em *Software Livre*, como uma política estratégica que permite otimizar os recursos públicos, incentivar o compartilhamento de conhecimento e estimular a cooperação entre as esferas federal, estadual, municipal, iniciativas do segmento acadêmico e sociedade.

O SERPRO também desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e inclusão digital e apoia as políticas de governo nessas áreas.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As presentes demonstrações financeiras contábeis incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi autorizada pelo Conselho Diretor em reunião realizada dia 28 de abril de 2014.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no Patrimônio Líquido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas nas notas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos para Venda;
- Nota 6 – Créditos a Receber de Clientes;
- Nota 14 – Ativo Imobilizado;
- Nota 18 – Benefícios a Empregados; e
- Nota 21 – Provisões Passivas.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, portanto está sujeito à limitação da data de encerramento do exercício social, estabelecida em 15 de janeiro de 2014, determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de noventa dias ou menos a partir da data de contratação. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 – Capital Social e Remuneração do Acionista

O Capital Social do SERPRO pertence integralmente à União.

O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do Estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

3.3 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo, incluindo:

- o custo de material e mão-de-obra de ativos construídos;
- quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração;

- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

No exercício de 2010, a Empresa optou pela não aplicação do custo atribuído a seu ativo imobilizado pelo valor justo, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, baseada em laudos de avaliadores independentes, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, de acordo com as normas contábeis vigentes à época. O saldo da reavaliação da empresa será mantido até sua total realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda, conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, pela resolução CFC nº 1.152/09 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas de operações descontinuadas.

b) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos serão auferidos para a entidade. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes são reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- edifícios	50 anos
- instalações	10 anos
- equipamentos de processamento de dados	2 - 5 anos
- máquinas e equipamentos	2 - 5 anos
- móveis e utensílios	3 - 10 anos

Os valores contábeis das edificações constantes do Ativo Imobilizado são inferiores a seus valores residuais. Em conformidade com a Resolução CFC nº 1.263/2009 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos, bem como com a Resolução CFC nº 1.177/2009 – Ativo Imobilizado, não se reconhece depreciação caso o valor residual supere o valor contábil.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Obras em Andamento

O montante registrado na conta Obras em Andamento representa o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida em que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas contabilmente em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial e aos estudos do valor recuperável (*impairment*).

3.4 – Ativos Intangíveis

Cessões de Direito de Uso e Licenças de Uso de Software são adquiridos pela empresa e estão contabilizadas no Grupo Intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Tratam-se de gastos incorridos pela empresa, que atendem os critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

a) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de softwares, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são:

- Cessão de Direito de Uso de Software	3 – 5 anos
- Licença de Uso de Software	1 a 5 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.5 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Em 2013, a análise da entidade envolveu a avaliação de todos os itens do imobilizado, a título de bens imóveis, individualmente. Os itens do imobilizado a título de bens móveis foram avaliados coletivamente. A análise indicou que o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO, visto que há recuperação dos custos dos ativos em decorrência das receitas originadas pelos serviços. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

O SERPRO revisa, pelo menos anualmente, o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 2013 não houve mensuração do valor recuperável dos ativos.

3.6 – Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a entidade tem uma obrigação presente que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.7 – Receita Operacional

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo a Resolução CFC nº 1.187/09 – Receitas, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços.

3.8 – Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos e juros sobre créditos tributários.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a Entidade Fechada de Previdência Complementar SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

3.9 – Tributos

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.9.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR)/99);

3.9.2 – O Imposto sobre Serviços (ISS) está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003);

3.9.3 – A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.9.4 - O registro da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%) considera para efeito da respectiva base de cálculo a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis.

3.10 – Ativos não circulantes a alienar e operações descontinuadas

a) Bens a alienar

Os ativos ou grupos de ativos não circulantes são classificados como bens a alienar se for altamente provável que serão alienados, através de processo decisório aprovado pela diretoria colegiada da entidade.

As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, na realização de ações sociais focadas na educação profissional e para as instituições de ensino do poder público nas esferas federal, estadual e municipal.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

b) Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um ato ou negociação que compreende operações que podem ser claramente distinguidos das operações da empresa.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando esta atende os critérios para classificação como mantido para venda e são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Em dezembro de 2012, a empresa efetuou o registro de permuta de imóveis com a Caixa Econômica Federal (Nota 14.1).

3.11 – Demonstração do valor adicionado

A empresa elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.12 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A PECLD foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber.

O cálculo considerou todas as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 6.1.

3.13 – Perda Estimada de Depósitos Judiciais

A Perda Estimada de Depósitos Judiciais foi constituída de acordo com a expectativa de baixa de valores depositados em exercícios anteriores.

O SERPRO julgou necessário iniciar estudos acerca dos valores dos depósitos judiciais contabilizados, principalmente valores mais antigos. A análise está em processo inicial e leva em consideração a classificação dos depósitos nos sítios dos órgãos judiciários. O resultado parcial do estudo gerou a contabilização da Perda Estimada, conforme Nota 11.

3.14 – Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da empresa requerem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e divulgação, conforme métodos e premissas divulgadas nas notas específicas para aquele ativo ou passivo.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão assim discriminadas:

Em R\$

Discriminação	2013	2012
Bancos c/ Movimento	42.887.427,54	58.004.697,01
Fundo de Aplicação Financeira *	44.456,23	41.986,89
TOTAL	42.931.883,77	58.046.683,90

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

4.1 – Fundo de Aplicação Financeira:

Tratam-se de aplicações financeiras de liquidez, ou seja, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

Em R\$		
Discriminação	2013	2012
Banco do Brasil – DTVM	44.456,23	41.986,89
TOTAL	44.456,23	41.986,89

4.2 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros depositados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, ficando à disposição da empresa.

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

Devido o SERPRO se tratar de empresa pública, faz-se necessário o atendimento a outras premissas legais. Atualmente, estudos estão sendo realizados para a venda desses ativos.

As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado, ou seja, valor justo.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101 de 17 de abril de 1991, a empresa passou a estimar as perdas prováveis, devido à considerável queda do valor das cotas, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta estimativa é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Em R\$		
Discriminação	2013	2012
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.637.287,67)	(9.609.721,50)

TOTAL	256.478,62	284.044,79
--------------	-------------------	-------------------

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Em R\$

A vencer	Vencidas	Total	% de Vencidas sobre o total
109.809.274,25	353.580.530,39	463.359.804,64	76,30

A rubrica Contas a Receber de Clientes no valor de R\$ 463,4 milhões (R\$ 584,3 milhões em 2012) é divulgada já deduzidas as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) no montante de R\$ 43,1 milhões (R\$ 36,2 milhões em 2012).

Constam da rubrica valores em discussão na Advocacia-Geral da União (AGU), que totalizam R\$ 255,2 milhões, referentes aos processos nº 00400.012085/2011-27 e nº 00400.009816/2013-19. As últimas tramitações ocorreram em dezembro de 2013.

6.1 Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas são estimadas com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento de cada documento.

6.2 Movimentação da Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa

Em R\$

Discriminação	2013	2012
Saldo Inicial	36.233.273,61	22.571.474,38
(+) Constituição	6.836.328,66	13.661.799,23
TOTAL	43.069.602,27	36.233.273,61

NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Estes tributos são calculados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente.

No encerramento do exercício de 2012, houve provisão de PLR no valor de R\$ 1,2 milhões. Em consequência de orientação do Conselho Fiscal foi realizada a reversão da PLR do referido valor no exercício de 2013. Dessa forma, para efeito de apuração do IRPJ e CSLL foi considerado, em 2012, o lucro contábil sem a reversão. Em 2013, a apuração dos tributos foi efetuada com a reversão da provisão de PLR.

Em R\$

Discriminação	2013	2012
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social (A)	46.887.362,20	83.232.758,28
(-) Reversão PLR 2012 (B)	(1.252.615,09)	(1.252.615,09)
Lucro Contábil antes do IR e Contribuição Social Ajustado (C = A - B)	45.634.747,11	81.980.143,19
(+) Adições sem PLR 2012 (D)	416.286.751,90	151.298.536,24
(+) PLR 2012 – Anulação efeito (E)	0,00	1.252.615,09
(-) Exclusões (F)	(626.988.593,39)	(160.294.437,30)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa (G = C + D + E - F)	(165.067.094,38)	74.236.857,22
(-) Compensação BC Negativa de CSLL (H)	0,00	(22.271.057,17)
Base de Cálculo da Contribuição Social (I = G - H)	(165.067.094,38)	51.965.800,05
Contribuição Social – Alíquota 9% (J = I x 9%)	0,00	4.676.922,00
CSLL s/ realização da reserva de reavaliação (K)	0,00	983.907,04
(-) Antecipações (L)	(20.658.622,18)	(18.660.675,47)
Saldo a Compensar (M = J + K - L)	20.658.622,18	12.999.846,43
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL (ajustado) (N = C - J - K)	45.634.747,11	77.303.221,19
(+) Adições (O)	417.001.506,10	157.228.073,33
(-) Exclusões (P)	(626.988.593,39)	(160.294.437,30)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal (Q = N + O - P)	(164.352.340,18)	74.236.857,22
(-) Compensação BC Negativa de PF (R)	0,00	(22.271.057,17)
Base de Cálculo do IRPJ (S = Q - R)	(164.352.340,18)	51.965.800,05
Imposto de Renda – Alíquota 15% (T = S x 15%)	0,00	7.794.870,01
Adicional do IR – Alíquota 10% (U = (S - 240.000) x 10%)	0,00	5.172.580,01
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador (V)	0,00	(311.794,80)
Imposto Devido (W = T + U - V)	0,00	12.655.655,21
IRPJ s/ Realização da reserva de reavaliação (X)	0,00	2.733.075,12
(-) Antecipações (Y)	(98.603.272,15)	(85.840.968,29)
Saldo a Compensar (Z = W + X - Y)	98.603.272,15	70.452.237,97

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 121,3 milhões e encontra-se discriminado da seguinte forma:

	Em R\$	
Discriminação	2013	2012
IRPJ a Compensar	99.064.788,42	86.103.858,42
CSLL a Compensar	20.658.622,18	17.866.865,91
PIS-PASEP a Compensar	275.352,93	275.352,93
COFINS a Compensar	1.268.324,14	1.268.324,14
Créditos Diversos	14.977,88	22.463,25
TOTAL	121.282.065,55	105.536.864,65

8.1 - Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar

O saldo de R\$ 119,3 milhões refere-se às retenções na fonte efetuadas pelos clientes na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996 e dos artigos 33 e 34, da Lei 10.833/2003. Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de IRPJ e CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior. Estes valores acumulam-se no decorrer do ano, sendo utilizados como dedução de IRPJ/CSLL anual. Considerando que na apuração dos impostos em 2013 foi constatado que não há valor a pagar, a partir deste saldo será constituído crédito tributário que poderá ser utilizado na compensação de tributos administrados pela Receita Federal no decorrer de 2014.

8.2 – PIS/PASEP e COFINS a Compensar

Pis/Pasep a Compensar e Cofins a Compensar no valor de R\$ 1,5 milhão são decorrentes de pagamentos realizados a maior no mês de dezembro/2007, em consequência de nova apuração, a qual foi incluída como despesa integrante da composição dos créditos destas contribuições.

8.3 – Créditos Fiscais Diversos

Créditos fiscais diversos correspondem a valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal.

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 3.026 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente no Ministério da Fazenda. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso dessas despesas.

Esta conta contempla os valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários no valor de R\$ 14 milhões, sendo R\$ 7,6 milhões de exercícios anteriores e R\$ 6,3 milhões referente 2013.

Os valores dispendidos em processo judicial de empregados do quadro externo (PSE), que até setembro de 2013 estavam classificadas no Ativo Circulante, foram reclassificados para o Não Circulante, por tratar-se de direitos junto ao acionista do SERPRO. Esta alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2012, possibilitando a comparabilidade e atendendo à Resolução CFC nº 1.179/09 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Em R\$

PERÍODO	NR	Recebimento	A receber
Exercícios Anteriores	26.175.740,72	18.521.376,26	7.654.364,46
Janeiro/2013	22.312.460,80	22.293.428,66	19.032,14
Fevereiro/2013	19.907.126,53	19.876.753,40	30.373,13
Março/2013	17.763.858,48	17.698.206,89	65.651,59
Abril/2013	17.637.175,13	17.617.240,42	19.934,71
Maior/2013	16.117.210,64	16.082.176,60	35.034,04
Junho/2013	23.649.085,32	23.630.338,61	18.746,71
Julho/2013	15.190.662,97	15.179.320,33	11.342,64
Agosto/2013	16.143.293,70	16.085.246,37	58.047,33
Setembro/2013	15.658.760,76	15.602.601,91	56.158,85
Outubro/2013	21.661.028,20	21.590.208,92	70.819,28
Novembro/2013	25.276.026,78	24.583.014,40	693.012,38
Dezembro/2013	20.702.123,52	15.477.285,25	5.224.838,27
TOTAL	258.194.553,55	244.237.198,02	13.957.355,53

NOTA 10 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoxarifado no valor de R\$ 955,7 mil (R\$ 1,1 milhão em 2012). Neste estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo interno da empresa.

NOTA 11 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO LÍQUIDOS

Neste grupo, majoritariamente, encontram-se os valores referentes aos depósitos judiciais para a garantia da continuação de litígio.

No mês de dezembro de 2013, foi efetuada a contabilização de R\$ 16 milhões, referente à Perda Estimada de Depósitos Judiciais. Cabe destacar que a análise está em fase inicial, gerando o registro como estimativa e não como baixa definitiva.

Em R\$

Descrição	2013	2012
Depósitos Judiciais	236.290.661,35	232.622.734,69
Depósitos Recursais	26.227.491,45	27.519.968,39
Outros Depósitos	6.350.580,05	6.350.580,05
(-) Perdas Estimadas de Depósitos Judiciais	(16.045.631,09)	0,00
TOTAL	252.823.101,76	266.493.283,13

NOTA 12 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.

12.1 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL.

Em R\$

Descrição	2013	2012
Licença – Prêmio	31.115.180,33	27.543.337,04
Plano de Previdência Complementar	1.859.202,40	1.751.192,66
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.643.664,77	12.319.316,09
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2007	2.726.458,15	2.726.458,15
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2013	5.455.514,57	0,00
Contingências Trabalhistas	104.240.933,81	147.636.477,41
Plano de Previdência Complementar – Não Circulante	17.071.274,08	20.980.044,64
Benefícios a Empregados – CPC 33	0,00	53.206.447,67
Depreciação Empresarial – CPC 27	2.680.207,94	6.855.548,62
Prejuízo Fiscal	16.133.592,28	16.133.592,28
Base Negativa CSLL	5.796.734,74	5.796.734,74
TOTAL	201.722.763,06	294.949.149,30

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 228 parcelas, tiveram 199 delas realizadas até o encerramento de 2013.

Os Créditos Fiscais Diferidos, que até setembro de 2013 constavam dos Créditos Tributários do Ativo Circulante, no montante de R\$ 41,6 milhões, foram transferidos para o Ativo Não Circulante, em atendimento às Resoluções CFC nº 1.185/09 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro. Esta alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2012, possibilitando a comparabilidade e atendendo à Resolução CFC nº 1.179/09 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

12.2 – Processo Trabalhista nº 2047/89

No exercício 2005, registrou-se no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241,9 milhões referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está de acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A Empresa honrou os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos.

Em 2010, após revisão da Consultoria Jurídica, o valor pendente de pagamento foi baixado do Passivo por se tratar de provisão classificada como remota. Este procedimento está em consonância com o que estabelece a Resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

O valor de R\$ 126,0 milhões, registrado no Ativo, foi baixado devido a reclassificação do Ativo Contingente pela Consultoria Jurídica. Considerando as novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados. A reclassificação do Ativo, de acordo com parecer da Consultoria Jurídica, baseou-se no Despacho do Consultor Geral da União nº 2.223/2010, emitido pela Advocacia Geral da União em 13 de dezembro de 2010, em que é citada a necessidade de resolução de todas as questões relativas à Reclamação Trabalhista nº 2047/1989 para que se haja o ressarcimento pela União.

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não se enquadra na classificação como “praticamente certo”, não devendo estar registrado no Balanço.

Em outubro de 2013, esses valores foram reclassificados para a conta de “Créditos a Receber por Cessão de Pessoal” para melhor adequação e controle.

Em R\$

Descrição	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	-	(125.969.781,34)
Saldo a pagar em Dezembro de 2010	-	-
Baixa para adequação CPC 25	(125.969.781,34)	-
Penhora de Crédito em 2012	1.513.935,98	-
Valor a receber até Dezembro de 2012	117.427.581,18	-
Penhora de Crédito em 2013	810.046,11	-
Valor a receber até Dezembro de 2013	118.237.637,29	-

12.3 – Créditos a Receber de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC)

Em dezembro de 2013, foi reconhecido neste grupo o valor de R\$ 60,2 milhões, referente às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. Trata-se de um ativo mensurado pelo valor incontroverso, conforme consta do processo judicial Nº 023.06.38548-0, ajuizado pelo SERPROS – Fundo Multipatrocinado contra o Estado de Santa Catarina. Esse Ativo tem origem com a assinatura, em 22.02.2002, do Segundo Termo Aditivo ao Acordo SERPRO (Patrocinadora) e SERPROS (EFPC) para parcelamento de aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do plano PS-I para o PS-II, onde a Patrocinadora faz jus a 42,72499% dos créditos relativos as LFTSC

Este ativo é objeto de litígio entre o Fundo Multipatrocinado e o Estado de Santa Catarina. Destaca-se que a EFPC reconheceu em Balanço, no exercício de 2013, o direito de recebimento desse Ativo, revertendo a PECLD constituída anteriormente, bem como

reconheceu a respectiva obrigação junto a Patrocinadora, tomando por base parecer jurídico em que concluiu-se pela possibilidade do lançamento do valor incontroverso no balanço, considerando não tratar-se de ativo contingente.

12.4 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

O SERPRO possui empregados cedidos a outros órgãos da Administração Pública, denominados PSE (Pessoal de Serviço Externo). Dessa forma, todas as despesas com estes empregados são ressarcidas pelos cessionários. Existe, portanto, o reconhecimento de valores a receber concomitantemente à despesa contabilizada. O valor de R\$ 33,1 milhões refere-se às despesas por serviços prestados.

CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL – APROPRIAÇÃO POR COMPETÊNCIA	
13º Salário	0,00
Férias	19.215.503,33
Licença-prêmio	13.843.386,49
TOTAL	33.058.889,82

Além disso, os valores de sentenças judiciais referentes a esses empregados são reconhecidos como ativo, uma vez que existe o processo de ressarcimento. O valor constante do grupo é de R\$ 173,3 milhões.

CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL – SENTENÇAS JUDICIAIS	
Processo 2047/1989	118.237.637,29
Processo 2200-85.1993.5.02.0020	23.454.810,59
Processo 0178400-37.1990.503.0015	3.395.295,59
Processo 00232400-92.1991.5.03.0001	26.067.133,31
Penhora de Créditos – Processo Trabalhista PSE	2.123.469,86
TOTAL	173.278.346,64

NOTA 13 – ATIVOS FINANCEIROS

O valor de R\$ 26,3 mil, o mesmo apresentado em 2012, registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Em dezembro de 2010, foi promulgada a Medida Provisória nº 517, convertida na Lei nº 12.431 em 24 de junho de 2011, que trata, em seu artigo 23, da extinção do FND.

Segundo esta lei, a União sucederá os direitos e obrigações do fundo. Os bens, direitos e obrigações do extinto FND serão inventariados em processo sob a coordenação e supervisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Aos cotistas

minoritários, fica assegurado o ressarcimento de sua participação, calculado com base no valor patrimonial de cada cota, segundo o montante do Patrimônio Líquido registrado no Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2010, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem. Segundo o CPC 01, a empresa deve verificar anualmente a existência de indicadores de *impairment*. A unidade gestora de patrimônio informou que não havia nenhuma evidência da necessidade de avaliação, devido à falta de indicadores (internos e externos) de perda.

A depreciação é feita da seguinte forma:

- edifícios	50 anos (não deprecia – valor residual)
- instalações	10 anos
- equipamentos de processamento de dados	2 - 5 anos
- máquinas e equipamentos	2 - 5 anos
- móveis e utensílios	3 - 10 anos

Em R\$

Descrição	Saldo em 2013	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			2013	2012
Edifícios	136.873.137,22	-26.097.173,65	110.775.963,57	110.775.963,57
Terrenos	67.029.731,05	0,00	67.029.731,05	67.029.731,05
Estudos e Projetos	1.922.315,59	0,00	1.922.315,59	943.187,20
Obras em Andamento	26.594.634,90	0,00	26.594.634,90	21.252.717,55
Instalações	97.665.911,32	-29.089.269,59	68.576.641,73	56.521.190,00
Benfeit. em Prop. Terceiros	498.571,89	-218.674,12	279.897,77	251.773,42
Outros bens Imóveis	4.452.218,46	0,00	4.452.218,46	0,00
Correção IPC/90	19.209.644,70	-2.530.977,67	16.678.667,03	16.678.667,03
Bens Móveis	765.498.643,95	-557.236.679,53	208.261.964,42	221.647.926,67
TOTAL	1.119.744.809,08	-615.172.774,56	504.572.034,52	495.101.156,49

14.1 Movimentação do Imobilizado

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação			Saldo Final
	Inclusões	Depreciação/ Amortização	Baixas	
495.101.156,49	104.946.541,55	-72.331.285,79	-23.144.377,73	504.572.034,52

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

14.2 – Permuta de bens imóveis (2012)

O SERPRO firmou com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL um contrato de permuta de imóveis, conforme instrumento público regido pelo Art. 533 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, Art. 17, I, c, da Lei nº 8.666/93 e Art. 30 c/c Art. 39 da Lei 9.636/98.

Por parte do SERPRO, os imóveis objeto da permuta consistem em uma área com metragem total de 30.000 m², situado no município de Osasco/SP. A área possui nove blocos com um total de 9.257 m² de área construída, onde atualmente encontra em operação o site de tecnologia da CAIXA.

A CAIXA prometeu, em permuta, prédio e terreno localizado no bairro Andaraí – Rio de Janeiro/RJ, com 6.125 m² de área construída. Esta edificação permanece pendente de averbação de matrícula no cartório competente, bem como junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ.

Não obstante a consolidação da permuta estar vinculada à averbação do imóvel da CAIXA, a permuta dos ativos ocorreu de fato, estando o SERPRO ocupando o imóvel de propriedade da CAIXA e vice-versa.

Os imóveis, conforme Cláusula Quarta do Instrumento Público de Promessa de Permuta de Imóveis e Outras Avenças, para efeito da permuta e na forma das negociações entabuladas pelos permutantes, possuem valor venal equivalente a R\$ 13,7 milhões, o qual as partes dão a mais plena e irrevogável quitação ao que foi contratado.

14.3 – Obras em andamento

A fim de ampliar os serviços prestados aos clientes e demais colaboradores, o Serpro contratou empresas especializadas em reformas do estacionamento, construção e reforma estruturante de salas e depósitos na regional Recife; elaboração de projeto executivo para ambientes inovadores na regional Salvador; modernização e manutenção integral dos elevadores, construção de uma subestação de proteção, medição e distribuição de energia e elaboração de projeto estrutural para a execução de uma plataforma metálica e de uma base de concreto armado para ancoragem de uma mesa elevatória na regional Rio de Janeiro e reforma interna do Centro de Dados da regional São Paulo. O valor

contabilizado no exercício é de R\$ 1,3 milhões sendo R\$ 26,6 milhões o saldo registrado no grupo do Imobilizado em 2013 (2012: R\$ 21,3 milhões).

NOTA 15 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

São softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de aquisição (sem indicadores de *impairment*), deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Em R\$

Unidade Gestora	Saldo em 2013	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2013	2012
Brasília	189.990.308,77	-114.239.627,91	75.750.680,86	72.923.759,94
Belém	69.617,34	-22.918,49	46.698,85	26.547,20
Fortaleza	285.163,48	-69.819,81	215.343,67	127.131,13
Recife	57.548,60	-19.205,71	38.342,89	17.764,28
Salvador	384.468,42	-83.920,91	300.547,51	170.853,94
Belo Horizonte	400.669,41	-124.289,12	276.380,29	170.549,00
Rio de Janeiro	3.811.256,38	-1.743.305,19	2.067.951,19	2.307.202,52
São Paulo	129.387.519,29	-73.880.401,04	55.507.118,25	39.819.026,39
Curitiba	293.705,98	-85.939,62	207.766,36	117.283,77
Porto Alegre	174.297,16	-43.200,32	131.096,84	74.525,41
Florianópolis	4.120,96	-4.120,96	0,00	0,00
Sede	24.594.485,42	-19.551.865,03	5.042.620,39	6.319.421,65
TOTAL	349.453.161,21	-209.868.614,11	139.584.547,10	122.074.065,23

15.1 Movimentação do Intangível

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação		Saldo Final
	Inclusões	Amortização	
122.074.065,23	71.481.420,85	- 53.970.938,98	139.584.547,10

NOTA 16 – DEPÓSITOS

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza, totalizando R\$ 164,4 milhões (R\$ 139,3 milhões em 2012).

16.1 – Consignações

O montante de R\$ 33,8 milhões (R\$ 23,1 milhões em 2012) representa as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, planos de previdência e assistência médica. Esse último corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

16.2 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 130,3 milhões (R\$ 115,9 milhões em 2012) refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais e municipais, contribuições para o PIS/PASEP e COFINS retidas dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento pagos pelo regime de caixa. Os valores são evidenciados líquidos dos tributos a recuperar.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Correspondem às apropriações por competência de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Em R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	110.463.579,22	24.160.878,63	-16.771.170,52	117.853.287,33
Licença – Prêmio	73.454.622,15	18.060.614,10	0,00	91.515.236,25
TOTAL	183.918.201,37	42.221.492,73	-16.771.170,52	209.368.523,58

Em 2013, as rubricas referentes à Remuneração, Licença Prêmio, Férias e 13º Salário foram reajustadas a partir de maio em conformidade com os termos estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2013/2014, que contemplou reajuste linear de 7,55%, composto pela variação anual do IPCA de 6,49% e ganho real de 1%.

NOTA 18 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

18.1 - Plano de Previdência Complementar

O SERPRO, como empresa Patrocinadora e Instituidora, oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, por meio do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

No Passivo do SERPRO, estão registrados os instrumentos contratuais de dívida, com saldo de R\$ 64,8 milhões, composto da seguinte forma: (1) Termo de Acordo para Amortização da Dotação Inicial no valor de R\$ 38,7 milhões; (2) Termo de Acordo para Parcelamento das Diferenças Referentes à Taxa da Contribuição Prescrita na Lei 8.020/1990, com saldo de R\$ 17,7 milhões. Desses instrumentos contratuais, encontra-se contabilizado no Não Circulante o valor de R\$ 51,0 milhões.

O SERPRO contratou em 2013 consultoria para emissão de Parecer Contábil Atuarial (PCA), conforme determina o CPC 33 (R1). O PCA concluiu pela reversão da provisão no valor de R\$ 157,3 milhões, devido às alterações estruturais introduzidas no regulamento do Plano de Benefício Definido (PS-I), que contemplou seu saldamento.

Seguem abaixo as principais características dos planos de previdência complementar patrocinados pelo SERPRO.

18.1.1 - Plano SERPRO I – PS I

O Plano de Benefício Definido – BD foi saldado em 31.03.2013. Não há mais as contribuições normais tanto de participantes quanto da patrocinadora. Somente vigoram as contribuições extraordinárias. Em 31.12.2013, o PS-I contava com um total de 2.975 participantes saldados ativos e 2.632 participantes assistidos.

Os benefícios previdenciais assegurados por este plano abrangem: (1) participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação da aposentadoria por velhice, suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial, suplementação da aposentadoria aos ex-combatentes, suplementação do auxílio-doença, suplementação do abono anual, e benefício proporcional diferido; e (2) beneficiários: suplementação da pensão, suplementação do auxílio-reclusão, pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

No exercício de 2013, o plano PS-I (BD) contava com um montante de recursos garantidores no valor de R\$ 1,7 bilhões.

O saldamento do PS-I foi realizado para mitigação dos riscos inerentes de um plano de benefício definido. Houve o equacionamento do déficit técnico deste plano, que reduziu substancialmente os riscos atuariais, econômicos e financeiros, com reflexos no passivo da patrocinadora.

O equilíbrio técnico do PS-I estava superavitário em R\$ 1,3 milhão em 31.12.2013. Em face disso, com base no mencionado PCA, foi revertida a provisão no valor de R\$ 157 milhões.

18.1.2 - Plano SERPRO II – PS II

Em 31.12.2013, o Plano PS-II contava com um total de 8.002 participantes ativos e 310 assistidos, estruturado na modalidade de contribuição variável. Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total; e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados os seguintes benefícios: (1) Participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual; (2) Beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e (3) Designados: pecúlio por morte.

No exercício de 2013, o PS-II contava com um montante de recursos garantidores no valor de R\$ 2,3 bilhões. O plano PS-II, na modalidade benefício definido, encontrava-se em situação superavitária, com equilíbrio técnico de R\$ 205,7 milhões.

18.1.2.1 – Premissas Utilizadas

As hipóteses técnicas e financeiras aplicadas na avaliação foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência, tanto pelo próprio SERPROS, quanto pela Consultoria Atuarial.

Taxa de Juros de Longo Prazo (Duration média)	5,55% a.a.
Taxa de Inflação	5,8% a.a.
Taxa Real de Crescimento Salarial	3,19% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula
Tábua Biométrica para Mortalidade e Sobrevida	AT-2000
Tábua Biométrica para Mortalidade de Inválidos	AT-49
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios	0,971

18.1.2.2 – Recomendação da Consultoria

O SERPRO tem reconhecido como Passivo em seu balanço de 31/12/2012, o valor da insuficiência demonstrada na avaliação atuarial procedida na mesma data relativamente ao Plano PS-I. Para o valor demonstrado como excesso de cobertura para o Plano PS-II em 31/12/2012, ao aplicar a restrição regulamentar de reconhecimento de Ativos Superavitários, o SERPRO não procedeu a qualquer registro desse valor.

O saldamento do Plano PS-I para os empregados ainda em atividade, combinado com o incremento da taxa de desconto apurada com base no mercado, reverteu o estado de insuficiência de recursos ao final do ano, apurando-se para este Plano PS-I um excesso de cobertura de R\$ 151,9 milhões. Além disso, foi determinado o crescimento do excesso no Plano PS-II para R\$ 247,4 milhões em sua parcela de benefícios definidos.

Esses excessos de cobertura para o programa de benefícios definidos situam-se, ainda, aquém dos limites de contingência estabelecidos pela legislação da Previdência Complementar, portanto, sujeitos ao limite de reconhecimento contábil, estabelecido pelas cláusulas 64 e 65 do CPC nº 33 e pela Regra nº 58 – IAS.

Dessa forma, o PCA não indica valores ativos ou passivos a serem prontamente reconhecidos pelo SERPRO, como patrocinadora.

18.2 – Auxílio-alimentação

O SERPRO fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação na forma da legislação vigente e nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em maio de cada ano, tendo sido de R\$ 673,60 em 2013 (R\$ 632,64 em 2012).

18.3 – Saúde

O SERPRO oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, psicológica, fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. O benefício concedido atende os titulares optantes e respectivos dependentes, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS. Além disso, estão inclusos os serviços relativos à exames periódicos realizados pelos empregados.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme Regulamento do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO - PAS/SERPRO, a Empresa participa com a contribuição mensal correspondente, diferenciada por faixa etária, das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais co-participação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O Plano não possui ativos financeiros, portanto, o passivo calculado corresponde ao valor da obrigação atuarial.

O total dos desembolsos, referente aos pagamentos deste benefício alcançou R\$ 58,4 milhões (R\$ 55,1 milhões em 2012).

18.4 – Plano Odontológico

O SERPRO oferece aos seus empregados e familiares o Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO, garantindo e mantendo o atendimento odontológico dos empregados ativos e seus dependentes legalmente cadastrados no Plano.

De acordo com o Regulamento do PAS-ODONTO/SERPRO, o programa é custeado pelo SERPRO, com valor fixo por beneficiário aderido e pelo empregado com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da Empresa.

O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos de benefícios foram de R\$ 586,1 mil em 2013 (R\$ 454,8 mil em 2012).

NOTA 19 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em R\$

Descrição	Exercícios				Total
	2008	2009	2012	2013	
Dividendos e JCP	182.531,76	10.905.128,19	0,00	0,00	11.087.659,95
Dividendos Complementares	419.916,97	0,00	0,00	0,00	419.916,97
Créditos Fiscais Diferidos	18.217.131,39	0,00	0,00	0,00	18.217.131,39
Atualização	10.937.778,73	4.777.631,44	0,00	0,00	15.715.410,17
Reserva Especial	0,00	0,00	2.215.265,29	11.135.748,52	13.351.013,81
Atualização Reserva	0,00	0,00	181.010,41	0,00	181.010,41
TOTAL	29.757.358,85	15.682.759,63	2.396.275,70	11.135.748,52	58.972.142,70

São assegurados à União dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), de 25%, conforme disposições estatutárias. O quadro acima demonstra o valor devido de cada ano com sua respectiva atualização pela SELIC. Em dezembro de 2013, existem valores relativos aos dividendos/JCP no montante de R\$ 59,0 milhões, referente aos exercícios 2008, 2009, 2012 e 2013.

Quanto à destinação de 2008, o valor de R\$ 18,2 milhões refere-se à realização de crédito fiscal diferido daquele período, que complementou o valor dos dividendos.

Para os últimos dois exercícios, conforme demonstrado, foi constituída Reserva Especial de Dividendos, considerando a situação de caixa do SERPRO.

O valor da Reserva Especial de Dividendos de 2012 foi reduzido em outubro de 2013 com base em pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Estes respaldaram o SERPRO quanto ao novo valor da destinação do resultado do exercício de 2012, passando de R\$ 4,9 milhões para R\$ 2,2 milhões.

Em 2013, o valor de R\$ 11,1 milhões dos juros sobre o capital próprio foi suficiente para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, como permite a legislação fiscal e societária.

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Neste grupo estão contemplados os passivos diferidos, referentes às apropriações dos impostos sobre as exclusões temporárias (Resolução CFC nº 1.189/09), e a baixa dos tributos diferidos (Resolução CFC nº 1.177/09).

No exercício 2013, foi efetuado o registro da constituição do Passivo Fiscal Diferido no valor de R\$ 13,5 milhões, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente, em consonância com o CPC 32- Tributos sobre o Lucro, compondo o saldo destas obrigações da seguinte forma:

	Em R\$	
Descrição	2013	2012
Provisão Ativa de Contingência – PSE	61.630.348,99	67.745.791,54
Provisão Ativa – Letras Financeiras Santa Catarina	20.482.724,21	0,00
Provisão Ativa sobre Processos	0,00	915.060,66
TOTAL	82.113.073,20	68.660.852,20

Os fatos geradores do passivo fiscal diferido estão descritos nas notas 21 (Provisões Ativas de Contingência e sobre Processos) e 12.4 (Letras Financeiras de Santa Catarina).

NOTA 21 – PROVISÕES PASSIVAS

O SERPRO é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para representar fidedignamente os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

Quanto às quantias reivindicadas, a administração do SERPRO, constituiu provisão em dezembro de 2012 no montante de R\$ 436,6 milhões, referente aos processos classificados como “prováveis de perda”. Considerou-se, inclusive, o valor de R\$ 199,3 milhões, referente aos processos judiciais do pessoal serviço externo – PSE.

A análise jurídica dos processos está de acordo com as premissas da Resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

Em abril de 2013, representantes do SERPRO e do SINDADOS/BH assinaram um acordo conciliatório, referente ao processo trabalhista envolvendo empregados da Regional Belo Horizonte. O valor anteriormente provisionado para esse processo permaneceu, até março de 2013, no valor de R\$ 228,8 milhões, sendo que R\$ 57,9 milhões referentes a pessoal cedido aos Órgãos do Governo. Após o termo de conciliação, fixou-se o valor de R\$ 158,8 milhões, sendo pago em três (3) parcelas consecutivas, iniciadas no mês de abril de 2013. Deste valor, R\$ 33,6 milhões, correspondem a pessoal cedido aos Órgãos do Governo. Em junho de 2013, houve o cancelamento deste valor, com a consequente emissão de novas notas, cujo montante é de R\$ 32,4 milhões, portanto houve redução de R\$ 1,2 milhões, aproximadamente.

A movimentação da provisão no exercício de 2013, está demonstrada a seguir:

Em R\$

Descrição dos Eventos	Provisão	Realização	Resultado
Valor do Processo SINDADOS-MG	228.817.464,62	158.839.950,36	69.977.514,26
Ressarcimento PSE	-57.897.683,07	-32.395.826,14	-25.501.856,93
Resultado dos Eventos - A	170.919.781,55	126.444.124,22	44.475.657,33
Ativo Fiscal Diferido (Provisão – Valor Processo) - B			-77.797.937,97
Passivos Fiscais Diferidos (Provisão – Ressarcimento PSE) - C			19.685.212,24
Resultado da Operação em Junho/2013 (A+B+C)			-13.637.068,40

Em dezembro de 2013, constituiu-se provisão complementar no montante de R\$ 100,9 milhões, somando-se aos processos classificados como prováveis de perda. Em conjunto, foi realizado o lançamento de R\$ 40,3 milhões no ativo, considerando a possibilidade de reembolso pelo Ministério da Fazenda.

Após as referidas contabilizações, permaneceu o saldo de R\$ 308,6 milhões a título de provisões trabalhistas e cíveis no Passivo e de R\$ 181,3 milhões no Ativo, sendo apresentado o valor líquido de R\$ 127,3 milhões como obrigação do SERPRO.

21.1 - Ações Fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais.

Em maio de 2010, o SERPRO foi autuado pela Receita Federal do Brasil, através dos autos de infração lavrados em decorrência de contribuições não declaradas em GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social. Referem-se a auxílio a filhos deficientes; curso de graduação e pós-graduação; seguro de vida em grupo; apresentação da GFIP com omissões, conforme autos de infrações nºs. 37.283.642-9; 37.283.643-7; 37.283.644-5 e 37.283.646-1, totalizando cerca de R\$ 1,0 milhão.

Além dos autos de infrações supracitados, destaca-se o de nº 37.283.645-3, correspondente a não entrega das informações no formato do Manual Normativo de Arquivos

Digitais – MANAD, aprovado pela Portaria MPS/SRP nº 58, de 28/01/2005, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa no valor de R\$ 6,2 milhões.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), estando os referidos valores depositados judicialmente até o julgamento final da ação.

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 - Capital Social

Conforme o Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009, que aprovou o Estatuto do SERPRO, em seu artigo 4º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 867,3 milhões, exclusivamente integralizado pela União.

Em 27 de dezembro de 2013, foi publicada a Lei 12.942/2013, que abriu crédito especial em favor do Ministério da Fazenda no Orçamento Fiscal da União, contemplando a quantia de R\$ 193,6 milhões para realização de aporte de capital ao SERPRO. Em face disso, foi gerada a contabilização de Capital a Realizar, que está prevista para o exercício de 2014.

O capital social está assim constituído:

Em R\$

Descrição	2013	2012
Capital Social Subscrito Lei 12.942/2013	1.061.004.829,23	867.354.829,23
Capital Social a Realizar	-193.650.000,00	0,00
Capital Social	867.354.829,23	867.354.829,23

22.2 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Com base em laudo de avaliação, foi constituída a reserva em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo é de R\$ 138,2 milhões.

A reserva de reavaliação é realizada pela baixa dos bens reavaliados. Desde dezembro de 2010, considerando que os valores contábeis dos imóveis são seus valores residuais, o saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme preconiza a Lei nº 11.638/2007. Em função disso, não há mais realização da reserva, a não ser pela baixa do bem reavaliado ou pela perda do valor recuperável do ativo.

Diante do exposto, a entidade optou por reverter a provisão para pagamento de tributos sobre a reserva de reavaliação, entendendo que não há expectativa de realização do passivo fiscal diferido constituído.

22.3 - Reservas de Lucros

Com base nos pareceres da PGFN, STN e DEST acerca da Destinação do Resultado do Exercício de 2012, foram recalculados os valores das Reservas Legal (R\$ 0,7 milhão) Estatutária (R\$ 3,3 milhões), Especial de Dividendos (R\$ 2,2 milhões) e de Retenção de Lucros (R\$ 3,3 milhões). Tal entendimento dos órgãos refere-se ao recálculo do lucro por meio da exclusão da base de cálculo para os dividendos do valor da realização da reserva de reavaliação.

Considerando que os novos valores foram apresentados após a aprovação dos demonstrativos de 2012, o impacto no Patrimônio Líquido está evidenciado no exercício de 2013. A fim de demonstrar os efeitos do recálculo no Balanço Patrimonial de 2012, segue quadro comparativo com os saldos das reservas:

Em R\$

Descrição	2012 (publicado)	2012 (ajustado)
Reserva Legal	476.153,17	662.002,28
Reserva Estatutária	202.605,38	3.295.009,05
Reserva de Retenção de Lucro	3.849.502,18	3.350.786,79
Reserva Especial de Dividendos	4.994.802,68	2.215.265,29
Capital Social	9.523.063,41	9.523.063,41

Em dezembro de 2013, considerando o resultado de R\$ 46,9 milhões, houve destinação do lucro do exercício da seguinte forma: Reserva Legal (R\$ 2,3 milhões); Estatutária (R\$ 2,3 milhões); Reserva Especial de Dividendos (R\$ 11,1 milhões); e Reserva de Retenção de Lucros (R\$ 31,1 milhões).

NOTA 23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

Em R\$

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.887.362,20
(-) Reserva Legal – 5% sobre Lucro Líquido do Exercício	2.344.368,11
= BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA	44.542.994,09
(-) Remuneração do Acionista (Reserva Especial de Dividendos)	11.135.748,52

= LUCRO LÍQUIDO APÓS REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA	33.407.245,57
(-) Reserva Estatutária – Investimentos 5% sobre Lucro Líquido do Exercício	2.344.368,11
= SALDO REMANESCENTE DO LUCRO LÍQUIDO	31.062.877,46
(-) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	31.062.877,46
SALDO DE LUCROS ACUMULADOS EM 31/12/2013	0,00

NOTA 24 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro negativo de R\$ 35,8 milhões refere-se às receitas financeiras de R\$ 2,2 milhões, sendo majoritariamente compostas por correções dos créditos tributários no período, deduzidas das despesas financeiras de 38,1 milhões. Referem-se a multas e juros incorridos devido à insuficiência de caixa no exercício de 2013, incidindo principalmente sobre tributos em atraso e parcelas relativas ao Plano de Previdência Complementar – SERPROS.

Em R\$

Descrição	Multa e Juros
Tributos/Encargos	20.794.961,36
Energia	170.389,02
FGTS	943.342,59
Circuitos	234.738,61
Diversos	266.309,33
Processo Judicial	482.683,30
Dividendos	3.613.476,22
Saúde/Cassi	203.702,92
SERPROS	11.352.639,69
TOTAL	38.062.243,04

Valores de compensação das despesas financeiras referentes à EFPC que, anteriormente, estavam classificados no grupo "Plano de Previdência Complementar" foram reclassificados para o grupo "Despesas Financeiras". Esta alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2012, possibilitando a comparabilidade e atendendo à Resolução CFC nº 1.179/09 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

NOTA 25 – SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos nos valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua

atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de Dezembro de 2013 podem ser assim demonstradas:

Em R\$

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas e Responsabilidade Civil.	R\$ 763.725.546,00
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa Indenização especial de morte por acidente (IEA) Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R\$16.000,00 por vida
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

26.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2013, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 1.062,48 e R\$ 29.515,36. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 32.200,80.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus dirigentes que não sejam empregados. Os benefícios pós emprego estão restritos aos empregados do quadro do SERPRO.

NOTA 27 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, portanto não reconhecidos contabilmente nos termos da Resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, são controlados escrituralmente em conta de compensação, e assim detalhados: (1) Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58 no valor de R\$ 4,1 milhões, que trata de desvio de valores públicos; e (2) Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11 no valor de R\$ 296.016,88, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN

nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) pelo método direto, elaborada de acordo com a Resolução CFC nº 1.296/10, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

NOTA 29 – OUTRAS INFORMAÇÕES

29.1 Medida Provisória 627/2013

A Medida Provisória nº. 627/2013 altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, visando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) e o disciplinamento dos aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

Os impactos deste instrumento legal no SERPRO estão em processo de estudo e serão concluídos após a conversão do texto em Lei, haja a vista a possibilidade de alterações significativas no texto da MP 627/2013.

Brasília, 31 de dezembro de 2013.

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni
Diretor-Presidente

Laerte Dorneles Meliga
Diretor

Ana Maria Mallmann Costi
Contadora CRC – DF 8.894/0-6